



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

São Cristóvão, maio de 2017

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE GESTÃO DE
RISCOS - UFS

Documento para discussão

COMISSÃO INSTITUCIONAL

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Angelo Roberto Antonioli

Reitor

Iara Maria Campelo de Lima

Vice-Reitora

Marcionilo de Melo Lopes Neto

Chefe de Gabinete do Reitor

Rosalvo Ferreira Santos

Pró-Reitor de Planejamento

Abel Smith Menezes

Pró-Reitor de Administração

Mário Adriano dos Santos

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Alaíde Hermínia de Aguiar Oliveira

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Lucindo José Quitans Júnior

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Dilton Cândido Santos Maynard

Pró-Reitor de Graduação

Antônio Ponciano Bezerra

Centro de Educação Superior a Distância

Ednalva Freire Caetano

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Antônio Américo Cardoso Júnior

Superintendente de Infraestrutura

Ângela Maria da Silva

Diretora do Hospital Universitário

Governança e Gestão de Risco

1 Objetivos

O presente documento estabelece a Política de gestão de riscos, controles internos e governança da Universidade Federal de Sergipe, em atenção à Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.

A institucionalização dessa política preenche uma lacuna importante na gestão pública, sobretudo na Universidade. No lugar de uma instituição burocrática, cartorial e reativa, devem florescer centros gerenciais dinâmicos e proativos, com desempenho consoante aos investimentos realizados e às aspirações sociais. Tem-se claro que identificar, conhecer e mensurar os riscos, ameaças e vulnerabilidades seja fundamental para esse passo decisivo.

A Universidade Federal de Sergipe possui em sua estrutura administrativa unidade de Auditoria Interna/AUDINT, vinculada ao Conselho Universitário/CONSU que constitui a maior instância deliberativa da Instituição. Através das atividades desempenhadas por esse setor, são avaliadas a eficácia e a eficiência dos controles internos administrativos da instituição.

A Universidade Federal de Sergipe possui seis *campi* desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas do conhecimento (agrárias, humanas, saúde, exatas e sociais aplicadas). Nesse sentido, o processo de mapeamento e definição dos processos internos não é atividade trivial, pelo que se torna inviável e inócua a implementação de qualquer política de gestão de riscos na universidade que desconsidere suas idiossincrasias. Deve-se, portanto, desenvolver e formalizar a política de gestão de riscos por etapas sucessivas, até alcançar a cobertura de seus principais processos. Nesse sentido, a Reitoria da UFS instituiu, através da Portaria nº 714/2015, Grupo de Trabalho multidisciplinar encarregado pela definição das ações em atendimento ao Acórdão TCU 3454/2014-Plenário relativo à governança e gestão de risco comissão.

Paralelamente, a Universidade Federal de Sergipe, através de seu Núcleo de Tecnologia da Informação/NTI, tem trabalhado no sentido de aperfeiçoar sua gestão de tecnologia da informação. Em cumprimento à legislação aplicável ao Executivo Federal (em especial a Norma Complementar 06/IN01/DSIC/GSIPR/2009) e lastreado nas decisões da Corte de Contas (vide acórdão 1233/2012/TCU-Plenário), a UFS normatizou o funcionamento da Comissão de Tecnologia da Informação – CTIn (Portaria 587/2014).

A CTIn possui em sua composição representantes dos *campi* do interior (diretores) bem como gestores ocupantes de cargos estratégicos na instituição (Pró-Reitor de Planejamento, Pró-Reitor de Administração, Assessoria de Comunicação e Diretor e Coordenadores do NTI). Dentre outras atribuições, compete à CTIn “*firmar acordos sobre metodologias e processos específicos para segurança de informações, relacionados com avaliação de riscos e sistema de classificação de segurança*” (art.1º, inc. VII, do Regulamento da Comissão de Tecnologia da Informação – CTIn). Após a finalização do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação – PDTI, ocorrida

no final do exercício de 2014, está em andamento a instituição da Política de Segurança da Informação da UFS (PSI).

Seguindo as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional, e reafirmado em sua reedição de maio de 2017, a Universidade Federal de Sergipe apresenta Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança. Nos tópicos seguintes, as unidades administrativas apresentarão os principais os principais riscos e elementos a ele relacionados.

2 Conceitos

Governança no setor público: compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

Controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados;

Componentes dos controles internos da gestão: são o ambiente de controle interno da entidade, a avaliação de risco, as atividades de controles internos, a informação e comunicação e o monitoramento;

Risco: possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade;

Riscos externos: são os riscos associados ao ambiente onde a organização opera. Em geral, a organização não tem controle direto sobre estes eventos, mas mesmo assim, ações podem ser tomadas quando necessário.

Riscos internos: são os riscos associados à própria estrutura da organização, seus processos, governança, quadro de pessoal, recursos ou ambiente de tecnologia.

Política de gestão de riscos: declaração das intenções e diretrizes gerais de uma organização relacionadas à gestão de riscos;

Mensuração de risco: significa estimar a importância de um risco e calcular a probabilidade e o impacto de sua ocorrência;

Gerenciamento de riscos: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização;

Controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados;

Componentes dos controles internos da gestão: são o ambiente de controle interno da entidade, a avaliação de risco, as atividades de controles internos, a informação e comunicação e o monitoramento;

Subprocessos: definem conjuntos de atividades, estruturadas para que sejam atingidos os objetivos parciais específicos relacionados à gestão de riscos.

Atividade: É caracterizada pelos seguintes elementos: nome, descrição, diagrama de fluxo de tarefas, tarefas e respectivos responsáveis; condição para ser realizada;

informações utilizadas; informações produzidas; condição para ser finalizada; e templates e exemplos.

Representantes da Alta Administração: Responsáveis por prover os recursos necessários à gestão de riscos; identificar papéis e responsabilidades; iniciar as atividades de gestão de riscos; aprovar pontos importantes relativos à gestão de riscos.

Gestores de Riscos: Responsáveis por executar as atividades de gestão de riscos e coordenar esforços para identificar e estimar riscos, bem como propor melhorias necessárias para mitigar riscos, além de comunicar os resultados de análises a todos os interessados.

Responsáveis por Unidades (ou Responsáveis Técnicos): Responsáveis pelas áreas da organização nas quais a metodologia de gestão de riscos será implementada, ou que devem prover informações para a gestão de riscos. Têm o papel de coletar as informações necessárias à identificação e a estimação de riscos, e realizar melhorias necessárias quando as análises indicarem esta necessidade.

3 Princípios e objetivos da Instituição

A “Universidade Federal de Sergipe foi criada e mantida pela União sob a forma de fundação, nos termos do Decreto - Lei nº 269 de 28 de fevereiro de 1967” (BRASIL, 2010, p. 11)¹, sendo integrada ao Sistema Federal de Ensino Superior Brasileiro com a incorporação dos cursos superiores até então existentes no Estado. A sua instalação efetivou-se em 15 de maio de 1968.

Com sede central na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, localizada no Jardim Rosa Elze, município de São Cristóvão, a UFS é mantida com recursos da União, mas possui autonomia administrativa, pedagógica e disciplinar, sendo regida pela legislação federal, pelo seu Estatuto, pelo Regimento Geral e por outros atos normativos internos.

Desde então, a UFS vem passando por uma intensa reestruturação e expansão, potencializada, ao longo dos últimos dez anos, após sua adesão ao REUNI. A regulamentação do REUNI-UFS, conforme Resolução nº 021/2009/CONEPE², contribuiu para que houvesse a ampliação de cursos e aumento da oferta de vagas nos cursos existentes, gerando assim, as condições para a criação dos novos *Campi* no interior do Estado. O aumento de alunos e servidores (professores e técnicos) em geral foi acompanhado pela ampliação e melhoria dos espaços físicos da Universidade.

A visão estratégica da UFS tem contribuído não apenas para geração e difusão do conhecimento, mas, também, para formação de capital humano fundamental na construção de uma sociedade moderna, sustentável, e mais justa socialmente. Nesse sentido tem grande destaque a definição da sua “missão, visão e objetivos gerais” (ver Quadro 1), que decorrem do contexto institucional e da percepção dos atores envolvidos no processo de tomada de decisão.

¹Fonte: BRASIL. Estatuto da Universidade Federal de Sergipe. Art. 1º. Edição de 2010.

²Portal da UFS, *menu* Publicações Oficiais, em Resoluções CONEPE. Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=32996&key=c480dece59638a39d14f537f8d71b973>

Quadro 1 - Missão, Visão e Objetivos Gerais

MISSÃO
<ul style="list-style-type: none">• Contribuir para o progresso da sociedade por meio da geração de conhecimento e da formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.
VISÃO
<ul style="list-style-type: none">• Ser uma instituição pública e gratuita que se destaque pelo seu padrão de excelência, no cumprimento de sua missão.
OBJETIVOS GERAIS
<ul style="list-style-type: none">• Formar profissionais cidadãos, produzir, difundir e conservar conhecimentos de forma interativa com a sociedade, visando contribuir, assim, para o fortalecimento da democracia e a melhoria da qualidade de vida da população.• Cultivar o saber em suas várias formas de conhecimento puro e/ou aplicado, propondo-se a:<ul style="list-style-type: none">✓ Formar recursos humanos de nível superior, em graduação e pós-graduação, para atender às necessidades locais, regionais e nacionais;✓ Realizar pesquisas e incentivar atividades criadoras nos campos do conhecimento filosófico, científico, técnico e artístico;✓ Estender à comunidade, com a qual deverá manter permanente intercâmbio, os programas de ensino e pesquisa, através de cursos ou atividades similares, e da prestação de serviços especiais;✓ Investigar e oferecer soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do estado, da região Nordeste e do país;✓ Manter a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;✓ Estimular a elevação do desempenho institucional, alocando e valorizando recursos humanos e viabilizando recursos materiais para isso necessários;✓ Ser instrumento de equidade social, ofertando vagas indistintamente às diferentes camadas da população.

Fonte: UFS, 2016.

3.1 Gestão de risco e integração com o planejamento estratégico, processos e políticas

A gestão de riscos da UFS envolve duas fases fundamentais. A primeira consiste em sistematizar as principais atividades ou procedimentos a serem conduzidos por cada unidade administrativa. Isto deve ser realizado com base no Regimento Interno da Reitoria e à luz das metas e objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional. Em que a diversificação e peculiaridades das atividades segundo unidade, é possível obter um quadro analítico bastante completo e, ao mesmo tempo, factível de monitoramento e avaliação dos riscos.

Na segunda fase, mediante o quadro de atividades a serem monitoradas, devem ser identificadas as possíveis ameaças à execução e, quando possível, mensuradas as chances de ocorrência. Essa mensuração pode ser feita recorrendo-se a modelos quantitativos, que podem envolver desde uma simples álgebra de proporções ou até requeiram distribuições de probabilidades. Pode ainda envolver avaliações subjetivas, mas baseadas tanto na observação sistemática ou na percepção por parte daqueles que lidam ordinariamente com as atividades em análise.

A periodicidade para avaliar os riscos deve ser definida por cada unidade, dadas as peculiaridades de cada setor. Nesse sentido, sugere-se que tal monitoramento seja sempre em períodos inferiores a 12 meses.

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

AValiação DO PDI 2017 E GESTÃO DE RISCO 2018/19

A Pró-reitoria de Planejamento (Proplan) é responsável por setores estratégicos da gestão universitária. Suas atividades são executadas pela: Coordenação de planejamento e avaliação acadêmica (COPAC), Coordenação de Programação Orçamentária (COPRO), Coordenação de Programas, Convênios e Contratos (COPEC), Coordenação de Sustentabilidade Institucional (COSINT), Secretaria de Apoio e Assessoria Técnica.

O delineamento setorial de gestão de risco que compete à Proplan é substancialmente baseado nas atividades de suas coordenações, de acordo com o Regimento Interno da Reitoria (UFS, 2014). Desta forma,

1 Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica – COPAC

A Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica, de acordo com o Regimento Interno da Reitoria (UFS, 2014) é responsável pela base de dados acadêmicos, bem como construir, analisar e monitorar os indicadores de desempenho acadêmico e institucional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020 estabelece como prioridade a melhoria do desempenho acadêmico, cujo monitoramento e análise de resultado é feito através de três indicadores taxa de sucesso na graduação, taxa de evasão da graduação e taxa de retenção na graduação.

A avaliação sobre o atingimento da meta deve ser realizada, portanto, sob a visão do risco. Seguindo o Referencial Básico de Gestão de Risco (TCU, 2018), são partes da gestão de riscos: identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e análise crítica.

1.1 Taxa de sucesso na graduação

Dentre as atribuições mais importantes desta coordenação e que merecem atenção quanto ao risco estão:

- a) Realização do Censo do Ensino Superior: Levantamento anual, coordenado pelo Ministério da Educação, cujas informações servem para compor o quadro do ensino superior brasileiro e auxiliar na repartição dos recursos financeiros através da matriz de orçamento, custeio e capital (OCC);
- b) Produção de indicadores de desempenho acadêmico (Anuário Estatístico, Relatórios analíticos: Radar, Painel e Monitor): A produção sistemática e periódica de indicadores de desempenho acadêmico é um importante meio de comunicação entre a gestão acadêmica e a comunidade. São produzidos relatórios descritivos com periodicidade mensal e semestral, enviados através de e-mail institucional a todos aqueles que integram a UFS.
- c) Programa de Atividade Docente: Trata-se de um processo de coleta de informações sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão a serem desenvolvidas pelos docentes. Essa programação é institucional, com

portaria de abertura e resolução específicas. Este procedimento confere publicidade às atividades docentes e permite que a comunidade acompanhe de forma transparente todas as atividades desenvolvidas pelos nossos docentes.

- d) Avaliação Institucional: Coleta informações semestrais discentes sobre autoavaliação, organização didático-pedagógica, infraestrutura e desempenho docente. Esse levantamento é inteiramente on-line, o que garante anonomia e cobertura integral aos alunos que cursaram o semestre anterior e se matricularam no posterior. Esse tipo de levantamento confere precisão no diagnóstico sobre melhorias nas dimensões pesquisadas, como também serve para monitorar as respostas às adequações físicas, estruturais, aprimoramentos didático-pedagógicos e ações de assistência e de extensão.

4.1.1.2 Principais riscos e respostas

- a) Censo do Ensino Superior: Por se tratar de levantamento censitário, o risco envolvido diz respeito a falhas ou imprecisões no cadastro dos alunos. O monitoramento da qualidade das informações cadastrais é suficiente para evitar que tais inconsistências ponham em risco as informações a serem prestadas;
- b) Indicadores de desempenho acadêmico (Anuário Estatístico, Relatórios analíticos: Radar, Painel e Monitor): A produção de indicadores impõe que a base de dados utilizada seja plenamente confiável e atualizada. Assim, em tal procedimento, e uma vez que são utilizadas metodologias oficiais, não há risco importante envolvido em tal atividade, mas ainda assim deve-se manter atualização quanto à legislação pertinente.
- c) Programa de Atividade Docente: A perda de adesão por parte dos docentes em tornar pública suas atividades ou a prestação de informações imprecisas são os principais riscos envolvidos no PAD. Para evitar esse tipo de ocorrência, são enviadas mensagens prévias alertando para a necessidade da prestação correta das informações.
- d) Avaliação Institucional: O desinteresse em avaliar cabalmente a instituição por parte dos alunos, bem como a imprecisão das respostas são riscos que se efetivados podem comprometer as ações derivadas. Uma forma bastante consistente de prevenção é ampliar a conscientização sobre a importância dessas informações para as ações institucionais. Este risco, pela sua própria característica, não é mensurável.

Quadro 1 - Identificação de Riscos e definição quanto à classificação e impacto - Pró-reitoria de Planejamento e Avaliação Acadêmica, 2017

Macroprocesso: Coordenar, monitorar e avaliar o planejamento e execução de atividades		Processo: Produção, diagnóstico, monitoramento e avaliação de indicadores de desempenho acadêmico				Processo: Planejamento, monitoramento e avaliação de indicadores de desempenho acadêmico		Processo: Planejamento e Avaliação Acadêmica, 2017		
Ordem	Evento	Risco	Causa(s) de risco	Impacto do risco	Proprietário do risco	Tipo de risco	Mensuração do risco	Classificação do risco	Impacto do risco	Periodicidade do monitoramento
1	Censo do Ensino Superior	Falta de precisão na informação sobre o número de ingressantes, matriculados e concluintes	i) Falhas no cadastro dos alunos; ii) deficiência no registro de mudanças de ocorrências de trancamento, dispensa, cancelamento e conclusão	i) Subenumeração de alunos por status; ii) Redução do número de alunos equivalentes; iii) Perda de participação na Matriz de Orçamento, Custeio e Capital (OCC)	Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica	Operacional	Número de alunos com deficiência na informação cadastral	BAIXA	MÉDIO	Semestral
2	Indicadores de Desempenho Acadêmico: Anuário Estatístico, Relatórios analíticos (RADAR, PAINELE MONITOR)	i) Imprecisão metodológica e conceitual; ii) Falha na construção e análise de indicadores	i) Inobservância da legislação oficial sobre o tema; ii) Obsolescência do referencial teórico e metodológico por parte dos técnicos	i) Divulgação de resultados imprecisos ou viesados; ii) Induzir a gestão acadêmica a erro de avaliação e gerência	Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica	Operacional	Não mensurável	BAIXA	MÉDIO	Semestral
3	Programa de Atividade Docente	i) Perda da adesão por parte dos docentes; ii) Imprecisão das informações prestadas pelos docentes; iii) Perda de confiabilidade nas informações	i) Falta de devolutiva das informações; ii) Falha na orientação sobre o preenchimento do sistema; iii) Diminuição do grau de exigência quanto a qualidade da informação docente	i) Sonegação de informações à sociedade quanto a atividade docente; ii) Divulgação de informações superficiais; iii) Gerar informações imprecisas	Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica	Operacional	Número de docentes com pendências no PAD	BAIXA	MÉDIO	Semestral
4	Avaliação Institucional	i) Desinteresse em proceder a avaliação; ii) Imprecisão das informações prestadas pelos alunos; iii) Perda de confiabilidade nas informações	i) Não produzir resultados a partir do diagnóstico obtido nas avaliações; ii) Falha na orientação sobre a importância da avaliação institucional; iii) Diminuição do grau de exigência quanto a qualidade da informação docente	i) Ineficiência em formular ações de atendimento às demandas; ii) Impossibilidade de monitorar ações; iii) Inviabilidade de produzir avaliação dos resultados e impactos	Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica	Operacional	Não mensurável	BAIXA	MÉDIO	Semestral

4.1.2 Coordenação de Programas, Convênios e Contratos – COPEC

4.1.2.1 Breve descrição das atividades

A Coordenação de Programas, Convênios e Contratos, de acordo com o Regimento Interno da Reitoria (UFS, 2014) é responsável pela análise e formulação dos programas, convênios e contratos da UFS, bem como elaborar minutas, controlar prazos e procedimentos inerentes à execução dos mesmos, analisar e sugerir modelos de intercâmbio institucional, acompanhar contratos de prestação de serviços, acompanhar contratos geradores de receitas à UFS.

Dentre as atribuições mais importantes desta coordenação e que merecem atenção quanto ao risco estão:

- a) Propositura de termos: Apresentar ou sugerir as possibilidades de instrumentos para formalização de parcerias;
- b) Validação e encaminhamento ao crivo do dirigente máximo: Verificar se foram atendidos os requisitos normativos e se instrução processual permite a submissão dos Termos ao Reitor;
- c) Registro de instrumentos: Efetuar os registros e a publicação dos instrumentos firmados pela UFS;
- d) Acompanhamento da execução: Executar as tarefas referentes à designação de fiscais, bem como auxiliá-los, quando necessário, nas rotinas de pagamento, prorrogação, alteração de valor, remanejamento, aplicação de penalidade ou extinção dos instrumentos celebrados;

4.1.2.2 Principais riscos e respostas

- a) Adoção de modelos inadequados: i) Abertura de processos infrutíferos; ii) Tramitação desnecessária, iii) Burocratização excessiva dos processos; iv) Ocupação demasiada da máquina administrativa com alterações e retificações dos Termos; v) Perda de prazos;
- b) Submissão equivocada: i) Celebração de instrumentos que não atendam à legislação e/ou ao interesse institucional; ii) penalização dos gestores da UFS;
- c) Inconsistência das informações: i) Descumprimento das exigências normativas referentes à publicidade das informações; ii) Divulgação de informações superficiais; iii) Gerar informações imprecisas;
- d) Indefinição acerca do acompanhamento: i) Não identificação de gargalos na execução, ii) Não atendimento às necessidades da UFS que levaram a firmar o instrumento; iii) Risco de perda de prazo, pagamentos a maior, e prejuízo ao erário.

Quadro 2 - Identificação de Riscos e definição quanto à classificação e impacto - Pró-reitoria de Planejamento - Coordenação de Programas, Convênios e Contratos, 2017															
Macroprocesso: Análise e formulação dos programas, convênios e contratos da UFS		Processo: Elaboração de minutos, encaminhamentos, registro e acompanhamento dos programas, convênios e contratos				Tipo de risco		Mensuração do risco		Classificação do risco		Impacto do risco		Periodicidade do monitoramento	
Ordem	Evento	Risco	Causa(s) de risco	Impacto do risco	Proprietário do risco	Tipo de risco		Mensuração do risco		Classificação do risco		Impacto do risco		Periodicidade do monitoramento	
1	Propositura dos Termos	Adoção de modelo inadequado	i) Imprecisão da de manda; ii) Ausência de rotinas para todas as possibilidades de demanda.	i) Abertura de processos infrutíferos; ii) Tramitação excessiva dos processos; iv) Ocupação demasiada da máquina administrativa com alterações e retificações dos Termos; v) Perda de prazos.	Coordenação de Programas, Convênios e Contratos; Demandantes	Operacional, e à imagem		Não mensurável		MÉDIO		MÉDIO		Diária	
2	Validação e encaminhamento ao crivo do dirigente máximo	Submissão equivocada	i) Má instrução processual; ii) Prazos exíguos; iii) Ambiguidade nas manifestações dos setores consultados.	i) Celebração de instrumentos que não atendam à legislação e/ou ao interesse institucional; ii) penalização dos gestores da UFS.	Coordenação de Programas, Convênios e Contratos; Setores consultados	Operacional, legal e à imagem		Não mensurável		BAIXA		ALTO		Diária	
3	Registro dos instrumentos	Inconsistência das informações	i) Precariedade da ferramenta de registro de projetos e convênios; ii) Dificuldade logística de envio e recebimento dos documentos; iii) Diferenças fundamentais entre as plataformas de registro.	i) Descumprimento das exigências normativas referentes à publicidade das informações; ii) Divulgação de informações superficiais; iii) Gerar informações imprecisas	Coordenação de Programas, Convênios e Contratos	Operacional, legal e à imagem		Não mensurável		ALTO		MÉDIO		Diária	
4	Acompanhamento da execução	Indefinição acerca do acompanhamento	i) Falta de interesse dos setores demandantes em acompanhar a execução; ii) Desconhecimento por parte dos servidores designados para o acompanhamento.	i) Não identificação de gargalos na execução, ii) Não atendimento às necessidades da UFS que levaram a firmar o instrumento; iii) Risco de perda de prazo, pagamentos a maior, e prejuízo ao erário;	Coordenação de Programas, Convênios e Contratos; Gestores de Convênios e Contratos	Operacional, legal, orçamentário e financeiro, e à imagem		Não mensurável		BAIXA		ALTO		Diária	

4.1.3 Coordenação de Programação Orçamentária – COPRO

4.1.3.1 Breve descrição das atividades

A Coordenação de Programação Orçamentária, de acordo com o Regimento Interno da Reitoria (UFS, 2014) é responsável pela elaboração, acompanhamento da execução e controle do orçamento da UFS, bem como elaborar proposta orçamentária, procedendo a dotação e acompanhamento da execução orçamentária. Elabora relatórios de gestão, executa registros e controle de despesas de capital, custeio, obrigatórias e de pessoal, elabora estimativas de receitas próprias.

Dentre as atribuições mais importantes desta coordenação e que merecem atenção quanto ao risco estão:

- a) Relatório de Gestão Anual;
- b) Proposta Orçamentária Anual;
- c) Autorização de Despesas de Exercícios anteriores - Pessoal;
- d) Monitoramento da Despesa de Capital;

4.1.3.2 Principais riscos e respostas

- a) Relatório de Gestão Anual
 - i) Inconsistência, incompletude e ou atraso nas informações coletadas dos diversos setores;
Resposta: Se houver erros, o Tribunal de Contas solicita ajustes e procedimentos conforme Legislação
- b) Proposta Orçamentária Anual
 - i) Ausência e ou imprecisão na previsão da despesa;
 - ii) Ausência e ou imprecisão de previsão da receita, ausência e ou imprecisão na mensuração das metas físicas das ações inerentes ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA;
 - iii) Não atendimento dos prazos para alimentar o sistema de solicitação do PLOA.

Respostas: Correção das projeções nos momentos de alteração do orçamento e ou de reprogramação das metas físicas. No caso do último item, a instituição terá de adequar a execução de acordo com os créditos liberados.

- c) Autorização de Despesas de Exercícios anteriores - Pessoal
 - i) Autorização além da capacidade de cobertura dos créditos vigentes
Resposta: Solicitação de crédito à Setorial Orçamentária. Caso não haja liberação os empenhos e pagamentos ocorrerão em momento posterior
- d) Monitoramento da Despesa de Capital;
 - i) Autorização de gasto além da capacidade de cobertura dos créditos vigentes
Resposta: Abertura de novos processos licitatórios, se a autorização for anterior à licitação. Empenho e pagamento posterior ao prazo estabelecido.

Quadro 3 - Identificação de Riscos e definição quanto à classificação e impacto - Pró-reitoria de Planejamento - Coordenação de Programação Orçamentária, 2017

Macroprocesso: Coordenar, monitorar e avaliar o planejamento e execução de atividades institucionais		Processo: Produção, diagnóstico, monitoramento e avaliação de indicadores de desempenho acadêmico		Tipo de risco	Mensuração do risco	Classificação do risco	Impacto do risco	Periodicidade do monitoramento
Ordem	Evento	Risco	Causa(s) de risco					
1	Relatório de Gestão Anual	Inconsistência, incompletude e ou atraso nas informações coletadas dos diversos setores	Inobservância das orientações e legislações que norteiam a construção do referido relatório e da Prestação de Contas	I - Envio ao TCU e publicação da Prestação de Contas com dados inconsistentes e incompletos; II - Atraso no envio da Prestação de Contas ao TCU; III - Penalidades para os dirigentes pelo não cumprimento da legislação	Departamento Financeiro e Divisão de Contabilidade (Responsáveis pela Prestação de Contas)	BAIXA	MÉDIO	ANUAL
2	Proposta Orçamentária Anual	I) Ausência e ou imprecisão na previsão da despesa; II) Ausência e ou imprecisão de previsão da receita, ausência e ou imprecisão na mensuração das metas físicas das ações	I) Falha ou ausência do planejamento para elaboração da PLOA; II) Inconsistência, incompletude e ou atraso nos dados coletados; III) Inobservância da legislação vigente.	I) Impossibilidade de execução plena nas ações orçamentárias, por falta dos respectivos créditos; II) Impossibilidade de executar as receitas orçamentárias arrecadadas; III) Redução dos resultados positivos da Gestão	Coordenação de Programação Orçamentária	BAIXA	MÉDIO	ANUAL
3	Autorização de Despesas de Exercícios anteriores - Pessoal	Autorização além da capacidade de cobertura dos créditos vigentes	Erro na previsão e no monitoramento dos créditos orçamentários que suprem as autorizações de pagamento das despesas de exercício anterior - grupo pessoal	Incapacidade de quitação, plena, da folha de pagamento dentro do exercício financeiro	Coordenação de Programação Orçamentária	BAIXA	ALTO	MENSAL
4	Monitoramento da Despesa de Capital	Autorização de gasto além da capacidade de cobertura dos créditos vigentes	Erro ou falta de planejamento e monitoramento para autorização de contratação de despesas de capital	I) incapacidade de cumprir as contratações de despesas de capital; II) impossibilidade de empenhar as licitações realizadas	Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN) e Coordenação de Programação Orçamentária (COOPAN)	BAIXA	ALTO	MENSAL

4.2 Pró-reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa

Quadro 4 - Identificação de Riscos e definição quanto à classificação e impacto - Pró-reitoria de pesquisa e Pós-graduação - Avaliação Acadêmica, 2017												
Macroprocesso: Coordenar, monitorar e avaliar o planejamento e execução de atividades												
Ordem	Evento	Risco		Impacto do risco		Proprietário do risco	Tipo de risco	Mensuração do risco	Classificação do risco	Impacto do risco	Periodicidade do monitoramento	medidas mitigatórias
		Causa(s) de risco	Impacto do risco	Impacto do risco	Impacto do risco							
1	Aproveitamento de Estudos	Falha na análise da documentação feita pelo Colegiado do Programa	Descumprimento das normas de aproveitamento de estudos	Impossibilidade em atender à solicitação de aproveitamento;	Coordenação de Pós-Graduação	Operacional	Não mensurável	ALTO	ALTO	Semestral	orientação constante das ações a serem desenvolvidas pelos programas através de seus secretários e/ou coordenadores.	
2	Alocação de Salas de aula	Falha na distribuição de salas de aula	Falta de planejamento na oferta de horário de disciplinas por parte dos programas	Impossibilidade em alocar sala de aula	Coordenação de Pós-Graduação	operacional	Número de disciplinas sem alocação de sala	ALTO	ALTO	Semestral	orientação constante das ações a serem desenvolvidas pelos programas através de seus secretários e/ou coordenadores.	
3	Emissão e registro de diplomas, certificados, declarações e históricos	Responder processos administrativos e judiciais.	i) Falhas no cadastro de informações do documento; ii) não cumprimento do prazo de emissão dos documentos.	Responsabilização da IES no pagamento de indenizações em detrimento dos processos judiciais julgados favoráveis aos usuários.	Coordenação de Pós-Graduação	Operacional e legal	Alto	ALTO	ALTO	Diário	orientação constante das ações a serem desenvolvidas pelos programas através de seus secretários e/ou coordenadores.	
4	Manutenção do Sistema de Bolsas da CAPES	Perda de cotas de bolsa e de recursos advindos da CAPES e ressarcimento de recursos à agência.	i) Falhas no cadastro de informações no sistema de concessão de bolsas; ii) cadastramento não realizado dentro do prazo estabelecido pelo calendário da CAPES; iii) Inobservância das normas sobre a concessão e manutenção das bolsas.	i) Perda de cotas de bolsa e de recursos advindos da CAPES; ii) responsabilização da IES no ressarcimento à CAPES, por bolsas concedidas fora das normas da agência.	Coordenação de Pós-Graduação	Operacional e legal	Imensurável	ALTO	ALTO	Diário	orientação constante das ações a serem desenvolvidas pelos programas através de seus secretários e/ou coordenadores.	
5	Acompanhar os Programas Institucionais de bolsas de iniciação científica	Não elaboração e aprovação do edital interno	i) falta de governança e equipe técnica; ii) Ausência de envolvimento do comitê interno.	Não efetivação de pesquisas de IC na instituição	Coordenação de Pesquisa	Operacional, e à imagem	Não mensurável	BAIXO	ALTO	Contínuo	Programação anual dos editais, gestão do comitê interno, monitoramento dos prazos e atividades pertinentes ao edital.	
6	Apoiar tecnicamente os pesquisadores na elaboração de projetos e de seus relatórios	Não divulgação e não participação dos pesquisadores nos editais externos de fomento	i) falta de governança e equipe técnica; ii) Ausência de envolvimento do pesquisador em todo processo	i) Ausência de captação de recursos para pesquisa e infraestrutura da instituição	Coordenação de Pesquisa	Operacional, financeiro e à imagem	Não mensurável	MÉDIO	ALTO	Contínuo	Acompanhar periodicamente os lançamentos de editais das agências de fomento; Incentivar a participação dos pesquisadores na elaboração das propostas; Elaborar e executar documentos que regulem o compromisso dos pesquisadores envolvidos.	

4.3 Centro de Ensino Superior a Distância - CESAD

4.3.1 Breve descrição das atividades

O Centro de Ensino Superior a Distância é responsável pela graduação a nível de licenciatura e bacharelado, bem como pela pós-graduação, na modalidade de ensino a distância.

Dentre as atribuições mais importantes deste Centro e que merecem atenção quanto ao risco estão:

- a) Articulação anual de Termos de Execução Descentralizada: Elaboração de instrumento anual, coordenado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, cuja finalidade é o repasse de créditos orçamentários e recursos financeiros para a consecução das metas físicas da UAB;
- a) Elaboração de Projetos de Licitação: Os instrumentos de solicitação de abertura de licitação visam ao atendimento das demandas acadêmicas e administrativas condizentes com a realização da meta física.
- b) Acompanhamento da Execução de Contratos: A atividade de fiscalização dos instrumentos de contrato visa a assegurar o adequado cumprimento dos objetos contratados.
- c) Elaboração de Relatório de Cumprimento do Objeto: O instrumento de controle visa à prestação de conta e à coleta de informação para o monitoramento da consecução da meta física.

4.3.2 Principais riscos e respostas

- a) Articulação anual de Termos de Execução Descentralizada: Por se tratar de instrumento de projeção anual, há o risco da formalização de Termo inadequado à demanda institucional efetiva. O monitoramento da qualidade das informações cadastrais no SisUAB é suficiente para evitar inconsistências que ponham em risco o adequado repasse de créditos orçamentários;
- b) Elaboração de Projetos de Licitação: A elaboração de projetos pressupõe o correto conhecimento das demandas a serem satisfeitas. Para mitigar o risco da inadequação da solicitação de aquisição ou licitação, adota-se no CESAD dois tipos de estratégias: 1) Solicitação de material de consumo dos sub-setores através sistema interno de controle de estoque; 2) Elaboração conjunta, coordenação de curso e coordenação do CESAD, de propostas de cursos, permitindo assim a antecipação administrativa das demandas acadêmicas;
- c) Acompanhamento da Execução de Contratos: A não identificação de gargalos na execução dos contratos, podendo culminar, eventualmente, na paralisação destes são os principais riscos envolvidos no acompanhamento da execução do objeto contratado. Para evitar esse tipo de ocorrência, é de fundamental importância que não restem pendências quanto à prestação de conta junto ao órgão de fomento. Ademais, fatores externos podem frustrar a programação orçamentária e financeira deste Centro.
- d) Elaboração de Relatório de Cumprimento do Objeto: O principal risco envolvido na prestação de conta é a escassez e inconsistência das informações prestadas, que tem como causa basilar a falta de registro ou baixa qualidade da informação acerca do cumprimento de metas, dificuldades encontradas, medidas e discussões realizadas referente a gestões passadas. Infelizmente, devido à falta de registro à época, alguns relatórios de prestação de conta referentes aos períodos de implantação do CESAD carecem de informações mais específicas e detalhadas.

Quadro 5 - Identificação de Riscos e definição quanto à classificação e impacto - Centro de Ensino Superior a Distância

Macroprocesso: Elaboração de Instrumentos Para Descentralização, Execução e Prestação de		Processo: Elaboração de TEDs, Solicitações de licitação, Acompanhamento de Contratos, Relatórios de Cumprimento de Objetos			Processo: Elaboração de Instrumentos Para Descentralização, Execução e Prestação de			Processo: Elaboração de TEDs, Solicitações de licitação, Acompanhamento de Contratos, Relatórios de Cumprimento de Objetos		
Ordem	Evento	Risco	Causa(s) de risco	Impacto do risco	Proprietário do risco	Tipo de risco	Mensuração do risco	Classificação do risco	Impacto do risco	Periodicidade do monitoramento
1	Articulação de Termo de Execução Descentralizada	Formalização de Termo Inadequado à Demanda Institucional	Desatualização das informações inseridas no SisUAB quando da articulação do Instrumento	i) Celebração de instrumentos que não atendam ao interesse institucional; ii) Escassez de recurso para viabilização da meta física	Centro de Ensino Superior a Distância	Operacional, legal, orçamentário e financeiro, e à imagem	Não mensurável	BAIXA	ALTO	Anual
2	Elaboração de Projeto de Licitação	Inadequação da solicitação	i) Imprecisão da demanda; ii) Prazos exíguos; iii) Ambiguidade nas manifestações dos setores consultados.	i) Abertura de processos infrutíferos; ii) Ocupação demasiada da máquina administrativa com alterações e retificações processuais; iii) Perda de prazos.	Centro de Ensino Superior a Distância; Sub-setor demandante	Operacional, Financeiro	Não mensurável	BAIXA	MÉDIO	Anual
3	Acompanhamento da Execução de Contrato	i) Não identificação de gargalos na execução; ii) Paralisação do contrato	i) Imprecisão da demanda; II) Prazos exíguos; iii) Demora no repasse de recursos orçamentários e/ou financeiros com prejuízo no pagamento de faturas	i) Não atendimento às necessidades que levaram a firmar o instrumento; ii) Risco de perda de prazo, pagamentos a maior, e prejuízo ao erário;	Centro de Ensino Superior a Distância; Fiscal do Contrato	Operacional, legal, orçamentário e financeiro, e à imagem	Não mensurável	MÉDIO	MÉDIO	Diário
4	Elaboração de Relatório de Cumprimento do Objeto	Inconsistência e escassez das informações	Baixa qualidade da informação acerca do cumprimento de metas, dificuldades e contradas, medidas e discussões realizadas em outras gestões	i) Utilização de informações superficiais; ii) Gerar informações imprecisas	Centro de Ensino Superior a Distância	Operacional, Legal, Financeiro	Não mensurável	MÉDIO	MÉDIO	Anual

4.4 Pró-reitoria de Extensão - PROEX

A Pró-Reitoria de Extensão é o órgão encarregado do planejamento, coordenação e supervisão da atividade de extensão acadêmica da UFS, desenvolvidas pelos Departamentos/Núcleos da UFS e exerce suas funções com apoio de subunidades organicamente articuladas, a saber: Coordenação de Atividades de Extensão; Coordenação de Cultura e Arte; Coordenação de Tecnologias Sociais e Ambientais.

4.4.1 Breve descrição das atividades

Elaboração de programas de extensão com os municípios de Sergipe:

- a) A ProEx se propõe a integração com os municípios na busca de coesão da força formadora e Produtiva da UFS com a necessidade de desenvolvimento regional potencializando os cursos para atuação e ampliação do mercado de trabalho para seus alunos;
- b) Ampliar as parcerias com as instituições públicas e privadas: É uma proposta de Campus Aproximado da UFS para ações de extensão em Desenvolvimento Humano e Social e consiste de um conjunto de ações voltadas para a integração potencializadora das atividades de extensão, ensino e pesquisa realizadas em parceria com comunidades locais, gestores do setor poder público e privados e sociedade civil, tendo o propósito de contribuir para a promoção do Desenvolvimento Humano e Social da comunidade por meio de parcerias parcerias;
- c) Incentivar e ampliar as ações de extensão nos CAMPI: Tem como objetivo capacitar e desenvolver ações de diagnóstico, intervenção e capacitação envolvendo docentes, discentes, técnicos da UFS e sociedade em geral nos seus campi descentralizando seu foco de atuação para atender o contexto da região onde a UFS está inserida: municípios e macro região .
- d) Construir uma política de Cultura e artes e agenda cultural em articulação com as unidades acadêmicas: A UFS, enquanto Universidade Pública, é agente fundamental ao propiciar com outros entes públicos e privados, tais como grupos culturais e artísticos, seja das Unidades Universitárias ou seus parceiros externos, a discussão e implementação de Ações Culturais e Artísticas, criando um espaço para reflexão e desenvolvimento destas áreas, visando a democratização e acessibilidade dessas atividades à população.

Um objetivo fundamental da política cultural da UFS é a valorização da formação integral dos estudantes, oferecendo aos cursos vinculados à Cultura e Artes toda a atuação na construção de um programa de gestão e produção cultural de manifestações artísticas das mais variadas áreas, principalmente promovendo a integração de muitas das unidades acadêmicas da UFS que estão situadas em municípios e/ou regiões com pouca oferta de tais manifestações. Esta Política busca conciliar os focos institucional interno e externo, pois entende que o docente, o servidor técnico-administrativo e o aluno, assim como a sociedade como um todo, devem merecer a mesma atenção, porque todos os cursos que contribuem decisivamente para a consolidação da imagem da Universidade

- e) Ampliar a Ação dos núcleo de empreendedorismo e Empresas júniores
A Proex tem como objetivo integrar as Empresas Juniores (EJs) da Universidade Federal de Sergipe à comunidade acadêmica como elemento de transformação da sociedade, discutindo questões relacionadas ao seu funcionamento, fortalecimento do Movimento Empresa Junior (MEJ) na UFS e em Sergipe, regulamentação das EJs na UFS.
- f) Difusão e aplicação das Tecnologias Sociais: A Coordenação de tecnologias sociais busca articular as ações que visam a instalação de uma cultura e um ecossistema empreendedor na UFS como componente transversal do projeto pedagógico institucional. Desenvolver competências empreendedoras e de inovação na comunidade interna e externa da UFS e articular a instalação de um Ecossistema empreendedor na universidade. Contribuir para o desenvolvimento social e econômico na sociedade sergipana. A proposta pedagógica que organiza a e possibilita a curricularização da linha de extensão em Empreendedorismo na UFS se constrói tendo como pressupostos quatro princípios: a) **FORMAR, INSPIRAR, VIVENCIAR e TRANSFORMAR.**

4.4.2 Principais riscos e respostas

O principal risco é operacional. Todas as ações desenvolvidas nos programas, projetos, eventos e cursos estão condicionadas a etapas operacionais de planejamento, infraestrutura e financiamento. As dificuldades e /ou a ausência de uma das etapas compromete a sua realização embora o risco operacional pode ser considerado médio ou baixo em função da capacidade instalada que a Universidade possui e do alto nível de formação acadêmico do seu corpo docente e técnico capaz de elaborar projetos e planejar ações até em condições bem adversas.

O financiamento pode ser considerado de médio risco por impossibilitar a aquisição de equipamentos e prestação de serviços, mas pode ser amenizado por meio de parcerias de cooperação técnico científicas que ampliam a ação da UFS nos vários setores públicos e privados junto à sociedade possibilitando a realização de programas e ações de extensão que impulsionam com o engajamento da sociedade o desenvolvimento social.

A maior resposta da Extensão é promover a aproximação da academia à população, levando o conhecimento científico a sociedade por meio da aplicação prática com benefícios por gerar desenvolvimento tecnológico, social e humano. A Extensão realiza as ações estudadas e elaboradas cientificamente e atua na qualidade de vida da população

Quadro 6 - Identificação de Riscos e definição quanto à classificação e impacto - Pró-reitoria de Extensão, 2017

Macroprocesso: Análise e formulação dos programas, convênios e contratos da UFS		Processo: Elaboração de minutos, encaminhamentos, registro e acompanhamento dos programas, convênios e contratos				Proprietário do risco		Tipo de risco		Mensuração do risco		Classificação do risco		Impacto do risco		Periodicidade do monitoramento	
Ordem	Evento	Risco	Causal(s) de risco	Impacto do risco	Impacto do risco	Proprietário do risco	Tipo de risco	Mensuração do risco	Classificação do risco	Impacto do risco	Periodicidade do monitoramento						
1	Elaboração de programas de extensão com os municípios de Sergipe	baixa participação de Docentes e discentes em ações de desenvolvimento social	os projetos estão condicionados a existência de bolsa deformação para as ações	A falta de articulação da Universidade com as Prefeituras Municipais para atuar em suas demandas e isso é visto pela população como falta de compromisso social,.	Coordenação de Projetos,cursos e eventos da PROEX	Operacional	Não mensurável	MÉDIO	MÉDIO	semestral							
2	Ampliar as parcerias com as instituições públicas e privadas	falta de sustentabilidade nas atividades de estágios e projetos	A falta de um plano de captação de vagas e recursos por meio de convênios e editais	Reduzida atuação da UFS no setor produtivo	PROEX	Operacional	Não mensurável	BAIXO	médio	semestral							
3	Incentivar e ampliar as ações de extensão nos CAMPI	A falta de impacto da UFS no desenvolvimento dos municípios sede : econômico,cultur al ,educativo e social	Ausencia de uma política institucional de Extensão que envolva todos os Campi	Reduzido numero de projetos e ações de extensão nos campi descentralizados.	PROEX	Operacional	Não mensurável	BAIXO	baixo	semestral							
4	Construir uma política de Cultura e artes e agenda cultural em articulação com as unidades acadêmicas	baixo incentivo e desvalorização das ações de Cultura e arte	falta de estímulo e divulgação de projetos acadêmicos dos cursos vinculados à Cultura e Arte,nos espaços e equipamentos sociais disponíveis	Desvalorização das profissões vinculadas a essa formação.Sem articulação com as políticas públicas	Divisão de cultura e artes /PROEX	Operacional, e à imagem	Não mensurável	MÉDIO	ALTO	semestral							
5	Ampliar a Ação do núcleo de empreendedorismo e Empresas juniores	Naõ fomentar o espírito empreendedor na formação acadêmica	baixa atuação das empresas juniores nas atividades de ensino e extensão de vários cursos vinculados á prestação de serviços á população	Formação acadêmica voltada para o emprego e não para o trabalho empreendedor com baixo desenvolvimento profissional/mercado de trabalho	Núcleo de Empreendedorismo e empresas juniores .PROEX	operacional	não mensurável	MÉDIO	MÉDIO	anual							
6	difusão e aplicação das Tecnologias Sociais	baixa atuação junto a população vulnerável e grupos de risco	falta de atuação junto as associações de moradores,ongs e fundações em projetos para a melhoria de vida da população	distanciamento da formação acadêmica da realidade social que está inserida	Divisão de tecnologia Social/PROEX	operacional e imagem	não mensurável	MÉDIO	médio	anual							

6 Responsabilidades

As responsabilidades pela política de gestão de riscos da UFS está definida pela Portaria nº XX de XXXXX de 2017, conforme abaixo:

- i) Pró-reitoria de Administração
- ii) Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
- iii) Pró-reitoria de Extensão e Assunto Comunitários
- iv) Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
- v) Pró-reitoria de Graduação
- vi) Pró-reitoria de Planejamento
- vii) Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
- viii) Superintendência de Infraestrutura
- ix) Núcleo de Tecnologia da Informação
- x) Núcleo de Gestão Ambiental
- xi) Centro de Educação à Distância
- xii) Núcleo de Editoração e Audiovisual

A alta gestão da UFS compreende a importância estratégica da política institucional de gestão de riscos de tal forma a tornar mais seguras e efetivas as ações de enfrentamento ao risco. Está evidente para a gestão que o monitoramento dos riscos institucionais deve alimentar sobretudo a prevenção.

O comitê acima estabelecido deverá, portanto, apresentar à alta gestão relatos sobre o evoluir da governança e gestão de risco, suscitando inclusive intervenções, discussões e indicativos de aprimoramento dos sistemas de controle e avaliação. Cada unidade deverá mobilizar seu apoio técnico e produzir as informações necessárias. Eventuais dificuldades deverão ser socializadas ao comitê e à gestão para discussão e superação.

7 Cronograma

As atividades previstas para o período de 12 meses, a contar da publicação do documento final, em 10 de maio de 2017, prevê reuniões sistemáticas que envolvam todas as unidades do Campus de São Cristóvão, mas também os campi do interior. O envolvimento desses atores é fundamental cultivar o sentimento de “pertencer”, bem como reforçar a coparticipação na governança e gestão do risco.

O envolvimento de atores externos à UFS aprimora da política institucional, porque representa uma grande oportunidade de aprendizado a todos os envolvidos.

